

# política

Editora: Paula Coutinho  
politica@jornaldocomercio.com.br

## Van Hattem e Marcos Pollon são suspensos por protesto

Parlamentares punidos ainda podem apresentar recurso à CCJ

/ CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Conselho de Ética da Câmara aprovou nesta terça-feira a suspensão por 60 dias do deputado Marcos Pollon (PL-MS), que ofendeu o presidente da casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), e ocupou a Mesa Diretora em agosto de 2025. A mesma medida foi tomada contra o gaúcho Marcel van Hattem (Novo). O caso de Zé Trovão (PL-SC) também é analisado.

O parecer do deputado Moses Rodrigues (União Brasil-CE) prevê a suspensão dos três pelo período de dois meses. Ele apresentou um voto conjunto, mas os casos são analisados de forma individual. Os parlamentares punidos ainda podem apresentar recurso à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) e, depois, ao plenário.

No último discurso antes dos votos, Zé Trovão e Van Hattem afirmaram que repetiriam a ocupação, enquanto Pollon disse que a sanção seria uma “medalha” a eles. “Se for preciso tomar a mesa novamente em algum momento da história para defender quem me elegeu assim o farei”, declarou o deputado de Santa Catarina. “Se for preciso, faremos quantas vezes for necessário”, completou o gaúcho.

A análise no Conselho de Ética começou por volta de 13h30min e durou cerca de nove horas. A sessão também foi marcada por críticas a Motta, em especial após o encerramento das discussões no plenário enquanto ocorria a análise no colegiado. O gesto foi interpretado pela



BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC

Mesa da presidência foi ocupada por deputados da oposição em agosto

oposição como uma tentativa de pressionar pela votação no Conselho de Ética.

O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), afirmou que o processo contra os bolsonaristas só foi adiante por “desejo” e “revanchismo” do presidente da casa e pediu que ele pare de agir “com o fígado”.

No dia do protesto, Pollon ficou no lugar do chefe da casa, junto com van Hattem e Zé Trovão. A Corregedoria Parlamentar recomendou a suspensão do mandato dos deputados por 30 dias. Na ocasião, Motta chegou a ameaçar uma suspensão por seis meses.

A representação foi apresentada pelo deputado Gilberto Abramo (Republicanos-SP), correligionário do presidente da Câmara. Já a denúncia por causa da manifestação foi feita pelos deputados Lindbergh

Farias (PT-RJ), Pedro Campos (PSB-PE) e Talíria Petrone (PSOL-RJ).

A defesa de Marcel van Hattem, feita pelo advogado e pré-candidato a deputado federal Jeffrey Chiquini (Novo), negou que o deputado tenha sentado na cadeira de Motta ou impedido o início da sessão. Já o deputado afirmou que o processo é uma tentativa de silenciar a oposição e comparou o caso com o julgamento dos condenados pelos atos golpistas de 8 de Janeiro. Pré-candidato ao Senado, ele reforçou que, caso eleito para a casa, trabalhará para aprovar o impeachment de ministros do STF.

Pollon disse que a ocupação foi “um ato de desespero” após Motta ter, segundo ele, descumprido acordos com a oposição para pautar a anistia. O congressista também disse que foi prometido aos envolvidos no motim que “não haveria perseguição e retaliação” após o episódio.

## Defesa de Vorcaro conclui proposta de delação

/ CASO MASTER

A defesa de Daniel Vorcaro pretende entregar ainda nesta semana a proposta de delação premiada do dono do Banco Master, etapa que precede a negociação com a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Polícia Federal (PF) sobre os benefícios da colaboração e a devolução de recursos.

Cada um dos anexos da delação deve tratar de um episódio diferente de irregularidades cometidas pelo ex-banqueiro e por outras pessoas, com detalhes da situação, nomes dos envolvidos e a apresentação por meio de provas. Nos depoimentos, Vorcaro relata os crimes

que teria cometido, as condutas ilícitas que envolvem terceiros e elenca provas que poderá apresentar caso o acordo de colaboração seja aceito pelas autoridades. A partir desses elementos, foram montados os anexos.

A informação sobre a conclusão dos anexos foi divulgada inicialmente pelo jornal O Globo e confirmada pela Folha. Depois da apresentação desses anexos, que tramitará sob sigilo, a defesa e os investigadores passarão a discutir condições como redução e regime de pena à qual ele deve ser submetido. Até o momento, o entendimento de autoridades é de que ele não deve receber perdão judicial.

Também será discutido os valores que terão que ser pagos por Vorcaro ao Estado, como multa ou ressarcimento. A defesa do ex-banqueiro tem ido diariamente à Superintendência da PF em Brasília, onde os depoimentos dele são colhidos.

Vorcaro foi transferido em 19 de março para a Superintendência da Polícia Federal do Distrito Federal, com o objetivo de discutir os termos de sua delação premiada. A decisão foi tomada pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, que relata o inquérito sobre irregularidades relacionadas ao Master. Vorcaro foi preso pela primeira vez em 17 de novembro, quando tentava embarcar para o exterior.



## Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

## Crime, comoção e cobrança por resposta

No plenário da Câmara dos Deputados, o tom é de indignação diante de crimes que chocam o País. A deputada federal gaúcha Any Ortiz (PP, foto) vocaliza a revolta ao cobrar uma reação firme do Congresso após o estupro brutal envolvendo crianças em São Paulo. Para ela, “a leniência virou regra e já não há espaço para tratar atrocidades com medidas brandas”. Amparada por pesquisas que apontam amplo apoio popular à mudança, a parlamentar defende a revisão da maioria penal como resposta direta à escalada da violência.



ANNE SENNA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC

## Congresso na mira: omissão que custa caro

O deputado Vinicius Carvalho (PL-SP) amplia o diagnóstico: “a repetição de crimes bárbaros ocorre sob a complacência institucional”. Segundo ele, “a demora em pautar propostas sensíveis, como a redução da maioria penal, alimenta a sensação de impunidade. O recado é claro: sem decisão política, o Congresso passa de parte da solução a parte do problema”.

## Endurecimento penal e veto sob crítica

Na mesma linha, o deputado federal gaúcho Maurício Marcon (PL) critica o veto presidencial ao projeto que ampliava penas para roubo com lesão grave. Para o deputado, “a manutenção de punições mais brandas fragiliza o combate à criminalidade e transmite um sinal perigoso à sociedade. Ele reforça a defesa de penas mais duras e de revisão das regras para menores que cometem crimes violentos”.

## Segurança pública travada no Senado

Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, o deputado Alberto Fraga (PL-DF) vai além e aponta um gargalo legislativo: “projetos aprovados na Câmara não avançam no Senado”. Com décadas de atuação no tema, ele cobra prioridade para propostas que, segundo afirma, poderiam salvar vidas. A crítica expõe um problema recorrente, o descompasso entre urgência social e ritmo político.

## Discurso duro e pressão popular

Já o deputado Zé Trovão (PL-SC) leva o debate ao limite emocional, refletindo a revolta que ecoa fora do Congresso. Sua fala evidencia um país cansado da violência e descrente na capacidade do Estado de reagir com firmeza. A retórica é dura, mas revela um ponto central: a impunidade deixou de ser percepção e passou a ser convicção para parte significativa da população.

## Entre justiça e populismo penal

O debate, no entanto, exige cuidado. Endurecer leis não pode ser sinônimo de simplificar problemas complexos. A pressão por respostas rápidas é legítima, mas precisa vir acompanhada de responsabilidade institucional.

## O ponto de ruptura

O Congresso está diante de um teste político e moral. Ignorar a cobrança popular pode aprofundar o descrédito nas instituições, mas agir sem equilíbrio pode gerar distorções irreversíveis no sistema penal.

## Resposta imediata do Estado

O crime que chocou o País exige uma resposta dura e imediata do Estado. O Congresso Nacional tem responsabilidade de avançar em medidas que aperfeiçoem o sistema de proteção à infância sem abrir mão dos princípios constitucionais, mas também sem tolerar a impunidade.